

3.1

Libânio Koluizorocê.
Fragmentos da participação
indígena na construção nacional.

Rita de Cássia Melo Santos*

RESUMO

Libânio foi um indígena haliti que integrou os quadros do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e o principal guia de Rondon na perigosa travessia que alcançou o rio Juruena (AM). Ao pesquisar sua participação ao longo de duas décadas (de 1900 a 1920) – período de registros na documentação – encontramos um importante material que possibilita entrever o seu envolvimento em diversos empreendimentos políticos, científicos e culturais. Através dele, reflito sobre a narrativa *biográfica* e as possibilidades de, em casos como o de Libânio, narrar as realizações e, especificamente, o processo que fez dele um chefe indígena, reconhecendo esse ato narrativo como um ato político de reconhecimento e visibilidade.

PALAVRAS-CHAVE

Indígena
Paresi
Haliti
Biografia

* Mestre e doutora em Antropologia Social/PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, docente no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (DCS e PPGA/UFPB). Contato_ santos.cm.rita@gmail.com

introdução

Libânio foi um indígena haliti que integrou os quadros do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e o principal guia de Rondon na perigosa travessia que alcançou o rio Juruena (AM) numa aventura que quase o levou à morte. Ao pesquisar sua participação ao longo de duas décadas (de 1900 a 1920) – período de registro na documentação – encontramos um importante material que nos possibilita entrever seu envolvimento em diversos empreendimentos políticos, científicos e culturais. Aqui pretendo apresentar uma tentativa de narrativa *biográfica* sobre Libânio, suas realizações e, especificamente, o processo que fez dele um chefe indígena.

Muito foi dito sobre as *Histórias de vida, biografias e trajetórias*. Bourdieu, em seu famoso artigo publicado em 1986, “L’illusion biographique” (A ilusão biográfica), afirmou que “A história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico; inicialmente, sem muito alarde, entre os etnólogos; depois, mais recentemente, com estardalhaço, entre os sociólogos” (BOURDIEU, 1986, p. 69). Apesar do tom provocativo inicial do artigo, o autor, crítico resolutivo do gênero, não o abandona de todo, retornando ao tema de diferentes modos em dois outros estudos que inspiraram a construção deste texto.

Na obra *Esquisse pour une auto-analyse* (Esboço para uma autoanálise), o autor se defrontou com a própria trajetória e buscou compreender o campo no qual e contra o qual se fez. Não se tratou, como o autor anunciava na abertura do livro, de uma *autobiografia* segundo o senso comum do termo, mas de tomar a si mesmo como objeto sociológico desde um ponto de vista crítico

(BOURDIEU, 2004). Para Bourdieu, a *biografia* enquanto ferramenta metodológica constituía um projeto inviável. De acordo com o autor, seria como aceitar tacitamente a Filosofia da História no sentido de ordenar uma mera sucessão de acontecimentos. A tentativa de implementá-la, portanto, levaria à falsa produção de coerência orientada segundo os contextos de produção e seleção do biógrafo. Em suma, uma criação artificial de sentido. Em seu lugar, o pesquisador deveria buscar constituir por meio da confrontação dos agentes sociais compreensões contextuais através dos estados sucessivos do campo.

A unidade do sujeito biológico por seu “nome próprio” e pelo conjunto de propriedades atribuídas (nacionalidade, sexo, idade etc.) não deveria, para o autor, ser transferida para o sujeito social. Os “acontecimentos biográficos” devem, portanto, ser abordados como “deslocamentos no espaço social”, fazendo-se necessário recompor, a cada deslocamento, os sujeitos em ação, as diferentes espécies de capitais envolvidos e a estrutura social em jogo. O autor opôs assim a análise sociológica à biografia, sendo a primeira um esforço compreensivo e a segunda uma mera ilusão.

Apesar de em parte pertinente, a crítica de Bourdieu ao gênero biográfico terá uma outra conotação quando pensarmos o lugar das populações subalternizadas na escrita da História. Tal proposta poderia ser aproximada do trabalho coordenado por Bourdieu para a produção do livro *A Miséria do Mundo* (BOURDIEU, 1993). Nele, o autor produz através de depoimentos e trajetórias de pessoas subalternizadas uma confrontação entre diferentes pontos de vista e existências, do que resulta uma forma de compreensão que inclui as condições sociais e seus condicionantes. A estratégia adotada pelo autor nesse livro retoma os sujeitos em sua vida social, rompendo com o esquecimento e o silenciamento que constituíram o *modus operandi* em relação a essas populações. De tão reiterado, o suposto desaparecimento é tratado não apenas como uma suspeita, mas também como algo inevitável.

Na contramão desta perspectiva, tomando os povos indígenas concretos em suas vidas cotidianas, eles nos surpreendem com a resistência e a persistência, teimam em existir em face de uma permanente política de muitas violências. O silêncio não comporta mais as populações indígenas, e o ato de constituir coerência e unidade através da escrita biográfica desses sujeitos torna-se um ato político de reconhecimento e visibilidade

de suas contribuições. Aproximando-me das recomendações críticas de Bourdieu, tentarei retomar esse ato que, ademais, na situação mais contemporânea, tem ainda outro sentido.

No livro *Rondônia*, do antropólogo Edgar Roquette-Pinto (2005), encontrei pela primeira vez os indícios da existência do indígena haliti Libânio. Além de guia de Rondon, Libânio também foi um exímio colaborador de expedições científicas, dentre as quais, a realizada pelo antropólogo que dele recebeu um conjunto de objetos destinados ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Esses objetos ganhavam do antropólogo a esperança de um “desenvolvimento” futuro maior. Como escreveu:

[Quem sabe se mais tarde, um filho da Rondônia, bisneto de alguns desses que deixei com saudade em 1912, educado por um sucessor do Mestre, se o houver capaz de recolher a herança, não folheará estas notas, para ligá-las ao material conhecido e traçar, assim, a notícia completa do seu povo? \(ROQUETTE-PINTO, 2005, p. XV\).](#)

Em setembro de 2018 um grande incêndio consumiu o Museu Nacional destruindo as coleções reunidas por Roquette-Pinto com a colaboração de Libânio e de tantos outros indígenas. O fatídico incêndio interrompeu um processo vigoroso de estudos e projetos sobre coleções etnográficas à semelhança do que pretendi discutir neste texto, desvelando uma série de conexões entre a História e outros domínios do conhecimento a partir da participação de sujeitos subalternizados.¹ A destruição desse legado (e a impossibilidade de discutir a história pasesi a partir desse material) nos conduziu a uma reflexão mais ampla sobre as memórias subalternizadas e o seu lugar nas narrativas nacionais, bem como a urgência de reescrevermos os processos dos quais esses sujeitos fizeram parte e os mecanismos metodológicos e teóricos de que dispomos para fazê-lo. A saída biográfica pode vir a ser, apesar das limitações apontadas, um significativo instrumento metodológico e este artigo é uma tentativa de fazê-lo.

¹ Para um melhor detalhamento das investigações até então realizadas, ver: Pacheco de Oliveira (2007), Nascimento (2009), Santos (2011, 2019), Soares (2015), Soares e Agostinho (2016), França (2018). Posteriormente ao incêndio, ainda foram publicados os trabalhos de Veloso Jr. (2021) e Soares (2022) relativos a pesquisas em curso naquele período.

DO SERINGAL À CHEFIA INDÍGENA

As primeiras informações registradas sobre Libânio decorrem do seu encontro com Cândido Mariano Rondon, militar responsável por um amplo processo de ocupação no interior do Brasil através da ligação telegráfica de toda a região a Noroeste do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX. Quando conheceu Libânio por volta do ano de 1907, Rondon o encontrou no barracão do seringalista Manoel. Estabelecido há alguns anos na região circunscrita pelos rios Sacre, Buriti e Papagaio,¹ o seringalista (como todos os “desbravadores” daquela região) utilizava largamente a mão de obra indígena e a relação de trabalho com os funcionários não parecia satisfatória, pelo menos aos olhos de Uazácuriri-gaçu, chefe dos Ariti-Uaimaré, sogro de Libânio, e o primeiro guia de Rondon nas entradas do Mato Grosso. Uazácuriri-gaçu assim repreendia Libânio no encontro em presença de Rondon:

Ocê ruim memo, deixou criança e veio traibaíá para seringueiro, ladrão mêmô. Criança ficou chorando e ocê aqui tá como bôbo mêmô. Seringueiro não presta mêmô, ladrão mêmô.²

A relação de parentesco entre Libânio e o sogro possibilitou os primeiros contatos com o militar. O fato de Libânio também ser filho de Camaizorocê, cacique de uma grande aldeia Paresi na barra do rio Acetiate-are-suê,³ sem dúvida corroborou para a primeira impressão. Nesse momento, Rondon ainda dispunha dos guias de confiança, Mathias e Dionisio, e não estabeleceu Libânio como guia.

Somente após a morte prematura e inesperada de Mathias, vitimado por uma pneumonia ainda na



Uazácuriri-Gaçu, primeiro guia de Rondon e sogro de Libânio

partida do Juruena, Rondon foi obrigado a buscar outro guia para a expedição até a Serra do Norte e depois ao rio Madeira. Dionisio, embora fosse a escolha naturalizada, não aceitou a designação. Primeiro, por desejar permanecer ao lado do irmão quando este ainda estava doente. Após a sua morte, a negativa foi reafirmada diante do impacto do luto. Libânio, que passara a acompanhar a expedição, intermediado pelo sogro, ofereceu-se para atuar na função mesmo diante da recusa dos dois companheiros que o auxiliavam nos trabalhos da comissão.⁴

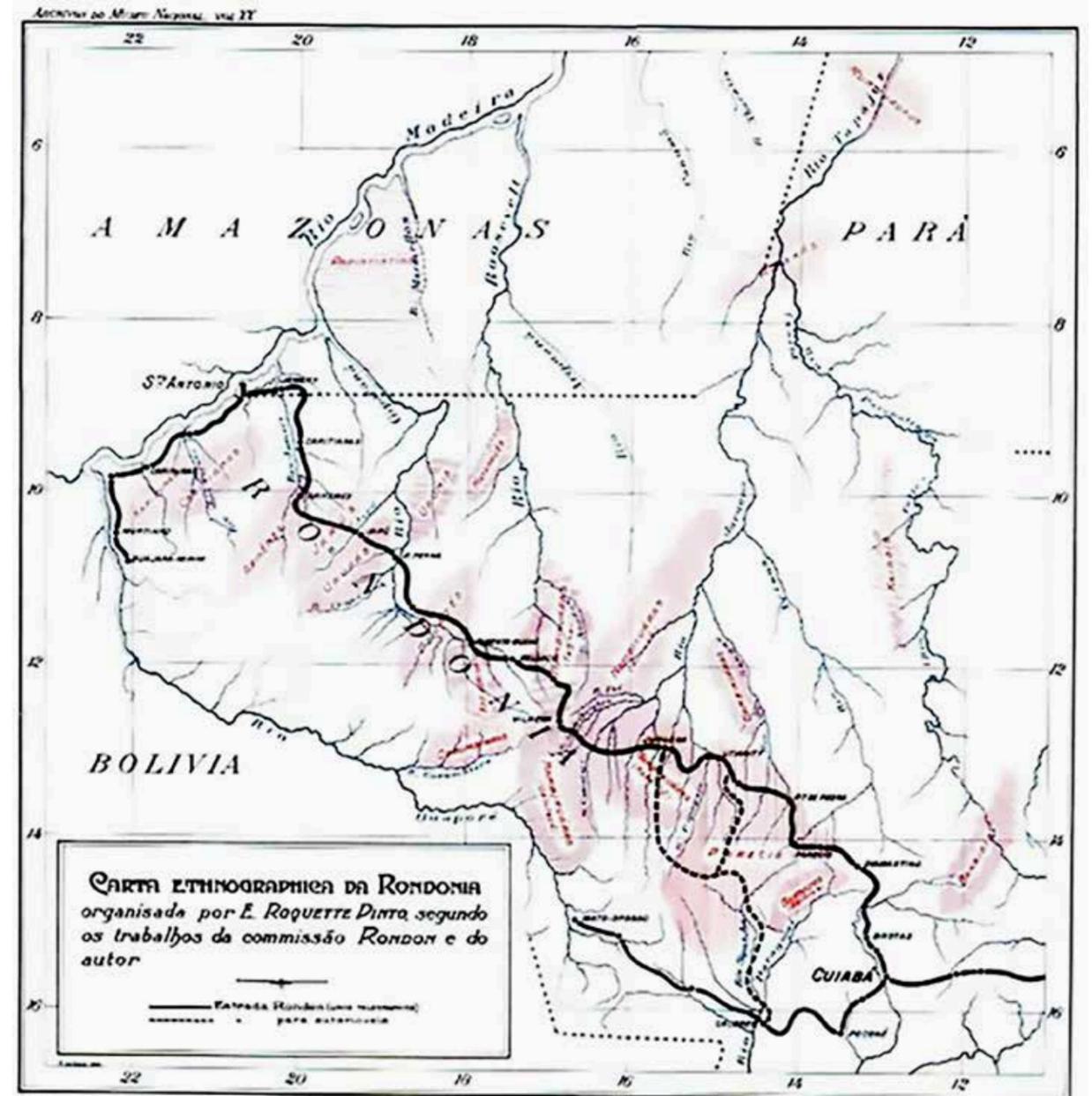
A recusa dos auxiliares de Libânio se dava ainda em razão do percurso estimado por Rondon. Foi justamente a partir dessa expedição, diferentemente das etapas iniciais, que iniciou o seu trânsito, pela primeira vez, em regiões desconhecidas e sabidamente em poder

1 Comissão Rondon – Rondon – Relatório Geral. Publicação: 01 (7), p. 41. Acervo Museu do Índio: <http://www.docvirt.com/>

2 Comissão Rondon – Rondon – Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telegraphos e à Divisão Geral de Engenharia (G5) do Departamento da Guerra, 1º volume – Estudos e Reconhecimentos. Publicação: 01 (24). Papelaria Luz Macedo, Rio de Janeiro Sem Ano, p. 50. Acervo Museu do Índio: <http://www.docvirt.com/>

3 Comissão Rondon – Rondon – Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telegraphos e à Divisão Geral de Engenharia (G5) do Departamento da Guerra, 1º volume – Estudos e Reconhecimentos. Publicação: 01 (24). Papelaria Luz Macedo, Rio de Janeiro Sem Ano, p. 80. Acervo Museu do Índio: <http://www.docvirt.com/>

4 Comissão Rondon – Rondon – Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telegraphos e à Divisão Geral de Engenharia (G5) do Departamento da Guerra, 1º volume – Estudos e Reconhecimentos. Publicação: 01 (24). Papelaria Luz Macedo, Rio de Janeiro Sem Ano, p. 190. Acervo Museu do Índio: <http://www.docvirt.com/>



Mapa da Expedição Rondon

de indígenas resistentes ao empreendimento do SPI. E foi também nesse momento que Libânio tornou-se o guia principal. Essa seria a terceira expedição realizada ao longo de todo o ano de 1909. Além dos indígenas e dos militares usuais nas expedições, Rondon contou com a presença de Miranda de Ribeiro, naturalista do Museu Nacional, que havia se dirigido à região com Cícero Campos e Frederico Hoehne ainda no ano anterior para acompanhar os trabalhos da Comissão e, assim, acessar as reservas de espécimes desconhecidos. A expedição contava ainda com a presença do médico

Joaquim Tanajura, do Comandante de Pelotão, Antônio Pirineus de Souza e dos tenentes Emanuel Silvestre Amarante e Antônio Pirineus, num total de 42 homens (SÁ et al., 2008, p. 791).

A comitiva foi dividida em três frentes. A primeira seguiria rumo ao Jaci-Paraná, pelo Norte; a segunda, pelo Amazonas até a foz do rio Madeira; e a terceira, sob comando de Rondon, foi pelo Sul através da Floresta Amazônica. Em Campos Novos, Rondon fundou mais um posto avançado, deixando-o sob o comando de Severiano Godofredo, com 10 homens, 40 bois de

cangalha, 21 burros, três cavalos e provisões (ERTHAL, 1992, p. 119). O restante da comitiva seguiu em direção ao Amazonas.

Todas as perspectivas poderiam parecer a Miranda de Ribeiro favoráveis a seu empreendimento de pesquisa. Seguiria pela Floresta Amazônica nunca pesquisada; em companhia de Rondon, experimentado “desbravador” dos sertões brasileiros e conhecedor das línguas indígenas; e, ainda, teria o apoio e a proteção da comitiva. No entanto, o percurso foi muito mais surpreendente apesar das expectativas que poderia ter Miranda de Ribeiro. Em poucos meses, faltaram provisões, começou o período de chuvas, os ataques dos insetos e as febres. Diante do risco que corriam, Rondon desfez-se dos animais cargueiros e das coleções de história natural e chapas fotográficas recolhidas até então (SÁ et al., 2008, p. 793).

Libânio ao longo de todo percurso atuava em duas grandes frentes. A primeira e mais valorada, como batedor. Seguiu buscando as informações deixadas pela equipe de reconhecimento. Ocupava o espaço em que Mathias atuava, segundo Rondon, com igual “docilidade”, “dedicação” e “habilidade”.⁵ Numa segunda frente, menos valorizada nos primeiros anos por Rondon, Libânio contribuía para as pesquisas dos cientistas que acompanhavam as expedições. Foi através dele que Alípio de Miranda, zoólogo do Museu Nacional, recebeu um espécime de *Speothos venaticus* Lund;⁶ foi por meio dele ainda que Heohne, botânico do Museu Paulista, conheceu a composição do veneno utilizado pelos Nambiquara nas caçadas;⁷ e, em expedições seguintes, foi dele também que Edgar Roquette-Pinto, em 1912, obteve auxílio direto para a formação das coleções etnográficas destinadas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 197).

Nesse período, compreendido entre 1910, fim da expedição de desbravamento do rio Madeira, e a chegada de Roquette-Pinto, na expedição de 1912, pela primeira vez, Libânio viajou ao Rio de Janeiro. Nessa ocasião,

visitou as dependências do Museu Nacional, onde conheceu o antropólogo que viria a receber poucos anos depois no Mato Grosso. Nesse ínterim, Libânio estabeleceu por meio da Comissão Rondon, um importante domínio de influência sobre os Paresis, domínio este muito maior do que aquele que poderia ter unicamente pelas regras de funcionamento social indígena. Em seu retorno do Rio de Janeiro, Libânio trouxe consigo não somente bens materiais conhecidos, como gado, roupas, facas e dinheiro, mas também bens simbólicos, como uma vitrola e alguns uniformes militares (SCHMIDT, 1917, p. 69).

A PRODUÇÃO DA CHEFIA INDÍGENA EM UMA SITUAÇÃO COLONIAL

Roquette-Pinto, em sua passagem pelo Utiariti, pouco mais de cinco anos depois do encontro de Rondon com Libânio, mencionou que o indígena era responsável pela chefia de muitas famílias e ali viviam felizes. Segundo o antropólogo, os roçados de mandioca e milho mantinham todo o grupo formado exclusivamente por Paresis, com exceção de dois brancos (ROQUETTE-PINTO, 2005, p. 294). O posto referido por Roquette-Pinto foi estabelecido por Rondon após o retorno de Libânio do Rio de Janeiro. A área compreendia um espaço de cerca de 406 quilômetros, cuja conservação havia sido confiada ao indígena com a esperança de que promovesse rapidamente a conversão dos indígenas em aliados do empreendimento. Ali ele exercia de modo informal a condição de major.⁸

A análise da formação de elites indígenas no Brasil pode ser remontada desde o período colonial (RAMINELLI, 2015). A cada situação histórica (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004) seus mecanismos de produção são atualizados e ganham novos contornos. No caso aqui analisado, a chefia de Libânio passava além do território e dos bens confiados ao indígena, ao uso simbólico dos uniformes e do título de major. Se para o SPI

5 Comissão Rondon – Luiz Bueno Horta Barbosa. Pelo Índio e pela sua proteção oficial. Publicação: 86 (1), p. 36, 1ª edição 1923, 2ª edição 1946, p. 344. Acervo Museu do Índio: <http://www.docvirt.com/>

6 Comissão Rondon – Alípio de Miranda. Zoologia/Mamíferos. Publicação: 17 (1), p. 27. Acervo Museu do Índio: <http://www.docvirt.com/>

7 Comissão Rondon – F. C. Heohne. Botânica. Publicação: 08, Parte I (2), p. 11, dezembro de 1910. Acervo Museu do Índio: <http://www.docvirt.com/>

8 Comissão Rondon – Rondon – Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telegraphos e à Divisão Geral de Engenharia do Departamento da Guerra pelo Tenente-Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, chefe da comissão, 2º volume – Construção (1907 a 1910). Publicação: 39 (02), p. 100. Acervo Museu do Índio: <http://www.docvirt.com/>



Libânio com uniforme militar.

isto não significava o ingresso formal em seus quadros profissionais, para os indígenas, como veremos adiante, este aspecto era revestido de grande importância, ecoando na memória sobre Libânio pelas gerações seguintes.



Foto do posto indígena Utiarity.

No momento em que Libânio recebeu esses bens de Rondon, o general iniciava a formação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI) que perdurou entre 1910 e 1918, quando foi reduzido apenas a Serviço de Proteção aos Índios, sem, contudo, perder a prática de conversão dos indígenas em trabalhadores nacionais. O Decreto nº 8.072 de 1910 designava como principais finalidades do SPI:

Estabelecer a convivência pacífica com os índios; agir para garantir a sobrevivência física dos povos indígenas; fazer os índios adotarem gradualmente hábitos “civilizados”; influir de forma amistosa sobre a vida indígena; fixar o índio à terra; contribuir para o povoamento do interior do Brasil; permitir o acesso ou a produção de bens econômicos nas terras dos índios; usar a força de trabalho indígena para aumentar a produtividade agrícola; fortalecer o sentimento indígena de pertencer a uma nação.

Naquela altura, o telégrafo havia se tornado um instrumento relativamente decadente diante da expansão do rádio, e a estrutura montada por Rondon rapidamente se converteu em outro elemento mais que necessário à reinvenção da nação promovida naqueles anos – a ideia de formação do povo nacional. As frentes de atração e os Postos constituíam espaços onde aos

poucos foi se estabelecendo uma dependência dos indígenas conscientemente induzida pelas frentes do SPI (SOUZA LIMA, 1995, p. 172). À medida que o avanço das frentes de atração ia se consolidando, áreas de cultivo administradas pelos indígenas nas proximidades dos Postos se somavam aos símbolos nacionais, tais como a introdução da língua portuguesa, a presença da bandeira nacional, dos uniformes militares e não menos simbólico, da música, com destaque ao Hino Nacional. Nessa direção, o posto emergia como um “microcosmo da sociedade nacional tutelada” (PEREZ, 2004, p. 56).

Quando, entre 1913 e 1914, Saturnino de Arruda Lobo foi nomeado como telegrafista do posto do Utiarity, sua esposa propôs que fosse fundada uma escola para o sexo feminino onde as meninas indígenas pudessem aprender a instrução primária e também aulas de crochê, costura etc. Nessa ocasião, Libânio mostrou-se favorável e apresentou boa vontade para com a iniciativa, ao passo que os contemporâneos indígenas, como o Capitão Fanché, chefe do Posto de Ponte de Pedra, opôs-se firmemente, não tendo cedido senão com muita má vontade. Em Utiarity, 17 meninos e seis meninas frequentaram as aulas regularmente, enquanto em Ponte de Pedra foram 15 meninos e quatro meninas.⁹



Sala de aula com meninas indígenas SPI.

⁹ Comissão Rondon – Rondon – Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telegraphos e à Divisão Geral de Engenharia do Departamento da Guerra pelo Tenente-Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, chefe da comissão, 2º volume – Construção (1907 a 1910). Publicação: 39 (02), p. 100. Acervo Museu do Índio: <http://www.docvirt.com/>



Comissão Roosevelt-Rondon, 1914.

Durante os anos de 1913 e 1914, Libânio ainda participou na qualidade de guia de um inesperado empreendimento científico, quando Theodore Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos, decidiu retomar o interesse pela região Sul-americana. Partindo do Paraguai, Roosevelt pretendia seguir de barco até a região central da Amazônia brasileira, onde encontraria Rondon para incursões na atual região de Rondônia. Por sugestão do militar, pretendiam explorar o curso do rio da Dúvida, posteriormente renomeado como rio Roosevelt, na companhia de Rondon e dos guias. Em parte, a comitiva era patrocinada pelo Museu Americano de História Natural e tinha ainda por objetivo formar coleções para aquela instituição, sobretudo zoológicas, e também obter informações de âmbito geográfico.

Os resultados da expedição foram apresentados por Roosevelt no livro *Through the Brazilian Wilderness (Pela selva brasileira, tradução livre)*, publicado em 1914 e no qual é possível saber que, mesmo com a presença

de aliados e com o percurso parcialmente descoberto, aquela ainda era uma região inóspita para estrangeiros. Roosevelt enfrentou, assim como os predecessores, a falta de mantimentos, a presença de mosquitos e as infecções que quase o mataram na travessia. Apesar desses infortúnios, no caminho a comitiva encontrou Libânio que, segundo Rondon, o recebeu com calorosos festejos em Utiarity.¹⁰ Na foto acima (Imagem 6) não é possível identificar com precisão se Libânio acompanhava o grupo, contudo, parece muito evidente o lugar reservado aos indígenas: junto aos animais e atrás dos brancos que planejam entre si a realização da expedição.

Cerca de vinte e cinco anos depois, Claude Lévi-Strauss descreveu a região atravessada por Roosevelt:

¹⁰ Comissão Rondon – Candido Mariano da Silva Rondon – Conferências. Publicação: 42 (1), p. 41. Acervo Museu do Índio: <http://www.docvirt.com/>

Quem vive ao longo da Linha Rondon facilmente se julgaria na Lua. Imagine-se um território do tamanho da França, três quartos inexplorados; percorrido somente por pequenos bandos de indígenas nômades que estão entre os mais primitivos que se possam encontrar no mundo; e atravessado de ponta a ponta por uma linha telegráfica (LÉVI-STRAUSS, 1979, p. 267).

A recorrência em apresentar os indígenas como nômades e primitivos fez parte de um processo muito mais amplo de objetificação realizado por meio das instituições científicas, sobretudo dos Museus, com o apoio da Antropologia, e de infantilização e de incapacitação de sua força de trabalho e intelectualidade feito por meio dos estatutos e dos instrumentos de gestão pública desses grupos humanos, sobretudo pelo SPI e posteriormente pela Funai, concretizado com o Estatuto do Índio (Lei n. 6.001, de 19/12/1973).¹¹

MEMÓRIAS SUBMERSAS ACERCA DE UM LÍDER

As últimas notícias sobre Libânio são de sua participação nas exposições comemorativas do centenário da Independência do Brasil, realizadas no Rio de Janeiro entre setembro de 1922 e março de 1923. Nessa ocasião foram reunidos mais de 14 países e cerca de 3 milhões de pessoas no grande público. Libânio foi designado com um conjunto de indígenas a apresentar o “Zicunati”, jogo haliti que consiste em lançar uma bola com a cabeça. Disputado entre dois grupos com 8 ou 10 ou 15 jogadores, cada um conduzido por um chefe.¹² O jogo foi denominado pelo ex-presidente Roosevelt como *Headball*, em referência ao modo como é jogado.

No retorno ao Mato Grosso após cumprir a função delegada por Rondon na Exposição do Centenário da Independência, Libânio faleceu quando passava por São Paulo. Nas memórias dos indígenas permaneceu a ideia de morte por envenenamento. Segundo um dos

¹¹ Procedem do mesmo ano de criação do Estatuto do Índio, as criações do Incra e da Polícia Federal, órgãos associados à Funai em suas ações locais. A organização da política indigenista naquele momento refletia uma postura autoritária e centralizadora (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 201).

¹² Comissão Rondon\Rondon e Faria – Esboço Gram.; Vocab.; Lendas e Cânticos. Publicação: 78 (6), p. 71. Acervo Museu do Índio: <http://www.docvirt.com/>



Sala Rondon, exposição comemorativa do centenário da independência. Museu Histórico Nacional, 1922.



Jogo Zicunati.

entrevistados por Maria de Fatima Machado em seu trabalho realizado anos mais tarde na mesma região, a morte foi provocada pela recusa de Libânio em apresentar o jogo a um fazendeiro paulista (MACHADO,

1994, p. 158). Para o indígena, Libânio foi envenenado pelo fazendeiro e morreu antes de chegar a Cuiabá, sendo enterrado em Barão de Melgaço, na baixada Cuiabana.

A morte de Libânio não cessou, contudo, a formação das elites indígenas promovida no contexto do indigenismo brasileiro, primeiramente pela Comissão e, em seguida, pelo SPI – ambos coordenados por Rondon. As memórias sobre Libânio foram socializadas ao longo do tempo por meio dos seus descendentes, dos quais se destaca seu filho Rafael, educado por Rondon nas melhores escolas de Cuiabá e do Rio de Janeiro. Segundo Schmidt (1943, p. 9), o menino havia aprendido um pouco de francês na estadia em Cuiabá.

O segundo mecanismo de celebração pública da figura de Libânio ocorreu por meio da fundação, em 1945, do Posto Indígena Libânio Koluizorocê, na região

dos Iranches, nas proximidades do rio Cravari. O Posto, que foi de atração durante um tempo, tornou-se decadente quando os indígenas, em virtude das epidemias constantes, da atuação dos seringueiros e dos grupos hostis, se refugiaram no Utiariti. A área do Posto foi vendida pela Funai em 1977 sem discussões com os indígenas sobre o destino dos recursos, gerando grave insatisfação por parte dos indígenas que se reconheciam como herdeiros do Posto e senhores da terra.¹³ Rememoravam também a importância de Libânio, que fazia as refeições junto com os inspetores e recebia objetos doados diretamente pelo Marechal Rondon, como um forno de cobre (MACHADO, 1994, p. 203).

Essas memórias contrastavam com os atos finais de Rondon. Alguns anos depois da morte de Libânio, numa época de franca decadência do projeto rondoniano, o idealizador retornou a Utiariti, onde reencontrou D. Escolástica, a viúva do indígena. Ela, aproveitando a interlocução franca estabelecida entre o falecido marido e Rondon, apresentou as dificuldades vivenciadas pelos indígenas. Pouco alimento, maus-tratos às crianças, educação rígida – tudo relatado no âmbito privado e quase em confissão. Rondon, na hora do almoço, diante do chefe do Posto que convenientemente havia preparado a melhor refeição, tratando as crianças com mais esmero e feito a melhor apresentação de si, questionou publicamente D. Escolástica sobre as condições denunciadas. Se a boa comida, os meninos limpos e bem tratados eram o que de pior havia visto, em sua concepção, melhor não poderia existir. Constrangida e humilhada, a indígena não lhe pôde retrucar, não conseguiu dizer-lhe que aquilo era uma excepcionalidade e um dia incomum na rotina. Resignou-se, baixou a cabeça e silenciou, retornando ao seu lugar (MACHADO, 1994, p. 345-6).

Foi em razão do encontro entre o pai de D. Escolástica, Uazá, e Rondon que Libânio ingressou na comissão de Linhas Telegráficas. Nessa época, Libânio trabalhava no seringal, compreendido como uma função negativa pelo sogro devido ao afastamento que provocava da família e pelas condições de trabalho. A chegada de Rondon ao território Paresi em 1907 coincide com a efervescência da descoberta e da expansão dos seringais na região Norte do Mato Grosso (MACHADO,

¹³ Periódicos/Boletim do Cimi. Brasília, DF: Conselho Indigenista Missionário, Ano 6, n. 35 e n. 35 (2), p. 30, março de 1977. Acervo Museu do Índio: <http://www.docvirt.com/>

1994, p. 104). Nesse momento, a exploração de mão de obra indígena se dava de modo ostensivo e refletia relações de trabalho degradantes, conforme mencionado pelo sogro de Libânio quando o encontrou nos seringais. Na ocasião, afirmava que “o patrão é mau, não presta” e alegava o afastamento da família como um aspecto fundamental ocasionada por essa relação.

Nesse contexto de disputas pelos trabalhadores indígenas, a Comissão, contando com o prestígio de Rondon, conseguia assegurar recursos suficientes para a manutenção de centenas de funcionários e indígenas, especialmente durante suas primeiras décadas de funcionamento. No decorrer desse período, os preços dos alimentos e dos bens eram subsidiados, foram instaladas escolas para as crianças e os salários pagos eram suficientes para o sustento das famílias. Esse efeito produziu nas memórias paresi lembranças de tempos positivos e de fartura (MACHADO, 1994).

Aliada a essa boa imagem, havia ainda a ilusão da progressão nas carreiras militares, produzidas pela fabricação de uma elite indígena. Recorrendo aos diferentes “Amuris”, Rondon os incorporava ao sistema de patentes de modo voluntário e sem nenhum respaldo institucional. Libânio nunca foi major de fato para o Exército brasileiro. Recebeu a denominação e, assim como o sogro havia recebido alguns anos antes, também tinha os fardamentos militares para justificar tal posição. Se, por um lado, para os indígenas esse aspecto funcionava como um valor fundamental, angariando respeito e reconhecimento dos demais, por outro, tratava-se de um simbolismo inoperante no plano institucional. Libânio não tinha para os militares a patente de major, capacidade decisória, proventos compatíveis e tampouco aposentadorias correspondentes.

Entre os indígenas essa dimensão funcionava unicamente porque, ao contrário do que apregoava o SPI, o plano não era integrá-los como cidadãos de direito, sujeitos plenos, mas sim como sujeitos de segunda classe, mão de obra barata enquanto lhes usurpavam as terras, contribuindo para aceleradas mudanças socioculturais. A produção final desse processo, contudo, não pode ser reduzida a estilhaços de índios. Aqueles que sobreviveram, apesar de tudo, guardaram fortemente em sua memória os caminhos para a reconstrução contínua da identidade e foi por meio deles que buscamos refazer a trajetória de Libânio Koluizorocé apresentada.

A memória acerca da trajetória de Libânio atravessou o intenso século XX. Os primeiros registros estão relacionados, como vimos, à expansão das linhas telegráficas e à “conquista” do extremo Oeste brasileiro num processo de expansão das fronteiras internas acompanhada também por um processo de refundação nacional promovido ao longo da segunda República e, depois, mais fortemente no governo Vargas. A esse ímpeto juntou-se Rondon, que havia sofrido um duro golpe após as mudanças políticas de 1930 quando o orçamento do SPI havia sido reduzido à metade. O lugar do indígena nesse cenário correspondeu à retomada da autoctonia e ao projeto de formação de um “povo brasileiro” mestiço, entendendo o trabalho do SPI como fundamental a essa conformação (GARFIELD, 2000, p. 18).

considerações finais

Os cálculos realizados pelo próprio Roquette-Pinto para o estudo apresentado por Batista de Lacerda no Primeiro Congresso Internacional das Raças (Londres, 1911) apontavam para o embranquecimento da população brasileira, na qual o negro e os mestiços desapareceriam em cerca de 100 anos (LACERDA, 1912). Para esse grupo de intelectuais, o indígena constituía o reservatório privilegiado através do qual seria produzida a primeira grande mistura, posição disputada pelos defensores da importação de asiáticos para o mesmo fim e que compunham as variações das Teorias do Branqueamento fundamentais para a produção dos “mestiços superiores” aos negros (SEYFERTH, 1996). O lugar, portanto, de indígenas e negros, nesse primeiro momento da trajetória de Libânio, correspondia a um espaço de transição rumo ao que seria o futuro do Brasil. Assim, a exemplaridade de sua trajetória ocupou um espaço de notabilidade digno de ser apresentado, seja nas exposições nacionais (como a Exposição Comemorativa de 1922), seja para as autoridades internacionais (a exemplo do presidente Roosevelt).

No plano político, o que foi enfatizado pela Comissão foi o processo de embranquecimento de Libânio e não a sua indianização. Em termos nacionais não se trata apenas da situação dos Paresis no Mato Grosso. Os estudos sobre os Censos Nacionais apontaram igualmente para um processo de declínio do autorreconhecimento indígena na primeira metade do século XX e a posterior reversão entre os Censos de 1990 e 2000, quando observamos grande aumento demográfico de indígenas no Brasil. Esse segundo movimento de valorização da identidade étnica reflete-se nas memórias recuperadas por Fatima Machado (1994) e, em parte, explica esse lugar de fala e visibilidade promovido pelo movimento indígena que resultou na Constituição Federal de 1988 e nas políticas decorrentes (PACHECO DE OLIVEIRA, 1997, 2016).

No plano científico, a reversão ocorreu de modo aproximado. Se nos anos contemporâneos aos de Libânio a sua trajetória era igualmente exemplar do que se pretendia demonstrar como a conversão do indígena em trabalhador, ao fim do século, os estudos antropológicos o tomam como um antepassado indígena digno de registro e valorização pelos seus descendentes. A escolha inclusive da forma *biográfica* como método privilegiado para narrar e organizar o material produzido foi propositada. Optei por ela com a intenção de produzir um duplo efeito. Recuperar o seu lugar social

nas esferas políticas e científicas, destacando e privilegiando a associação com as comissões científicas, os eventos de celebração nacionais e a chamada “conquista” do Oeste brasileiro; por outro lado e não menos importante, o processo de produção de chefias indígenas em diferentes situações sociais.

A trajetória de Libânio atravessa ao menos três situações. Na primeira, a sua inserção como trabalhador no seringal, subordinado às relações de patronagem e exploração características desse sistema; uma segunda sob a condução de Rondon, na qual ingressou nos quadros do SPI e assumiu uma nova condição de chefe indígena dotado de formas de prestígio e de poder próprias a esse regime; por fim, como antepassado indígena, recuperado por seus descendentes como um aspecto digno de ser lembrado, possibilitando constituir uma identidade indígena longeva. Sobretudo nas duas últimas situações, Libânio desempenha essa articulação entre o “sistema local ao todo mais amplo” (WOLF, 2001 [1956], p. 138).

O indígena apresentado foi uma pessoa que buscou contribuir para o conhecimento científico, tanto através da reunião de objetos etnográficos quanto de espécimes naturais; colaborando com a identificação e a expansão das fronteiras nacionais; e defendendo o acesso das mulheres à escola. Sua trajetória possibilita entrever, ainda que de modo limitado, o processo de fabricação das chefias indígenas no contexto do SPI e os modos de recrutamento e produção de lideranças. Ordenar e narrar esse conjunto de ações exigiram produzir coerência e sentido a fim de favorecer a visibilidade das contribuições indígenas para a História do Brasil, possibilitando aos descendentes de Libânio surpreender o destino traçado pelo Estado e pelos “homens de ciência”, construindo novos horizontes de participação políticas mais inclusivos e igualitários.

referências bibliográficas



Libânio sem fardamento.

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse pour une Auto-Analyse*. Paris: Raisons d'agir, 2004.

_____. *L'illusion biographique*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 62-63, p. 69-72, jun. 1986.

_____. *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.

ERTHAL, R. *Atrair e pacificar: a estratégia da conquista*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

FRANÇA, Bianca Luiza Freire de Castro. “Mil peças”: coleções Ticuna do Museu Nacional no contexto da Antropologia (séculos XX-XXI). Dissertação (Mestrado em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

GARFIELD, Seth. *As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42, 2000

LACERDA, João Baptista de. *Congresso Universal das Raças*. Rio de Janeiro: s. ed., 1912.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1979.

MACHADO, Maria Fatima Roberto. *Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Waimare e Kaxiniti, grupos Paresi*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

NASCIMENTO, Fátima Regina. *A formação da coleção de indústria humana no Museu Nacional, século XIX*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, século XIX e XXI*. *Tempo [on-line]*, v. 12, n. 23, p. 73-99, 2007.

_____. *Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980)*. *Horizontes antropológicos [on-line]*, v. 3, n. 6, p. 61-84, 1977.

_____. *Sem a tutela, uma nova moldura de nação: O Pós-Constituição de 1988 e os povos indígenas*. *Brasiliiana*, v. 5, p. 200-229, 2016.

PERES, Sidney. *Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67)*. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 43-91.

RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e Ultramar Hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia: antropologia-ethnographia*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

SÁ, D. M.; SÁ, M.R.; LIMA, N.T. *Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915)*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-810, jul.-set. 2008.

SANTOS, Rita de Cássia Melo. *No “coração do Brasil”: a expedição de Edgar Roquette-Pinto à Serra do Norte (1912)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Setor de

Etnologia, 2020. Disponível em: https://www.museu-nacional.ufrj.br/see/docs/publicacoes/no_coracao_do_brasil.pdf

_____. *Um antropólogo no museu: Edgar Roquette-Pinto e o exercício da Antropologia no Brasil nas primeiras décadas do século XX*. *Horizontes Antropológicos*, UFRGS (Impresso), v. 25, p. 283-315, 2019.

SCHMIDT, Max. *Die aruaken: ein beitrage zum problem der kulturverbreitung*. Leipzig: Veir & Comp., 1917.

SEYFERTH, Giralda. *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 41-58.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Collectionism and Colonialism: The Africana Collection at Brazil's National Museum (Rio de Janeiro)*. In: ARAUJO, Ana Lucia (org.). *African Heritage and Memory of Slavery in Brazil and the South Atlantic World*. Vol. 1. 1.ed. New York: Cambria Press, 2015. p. 17-44.

_____. *A coleção Adandozan do Museu Nacional: Brasil-Daomé, 1818-2018*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2022.

SOARES, Mariza de Carvalho; AGOSTINHO, Michele de Barcelos. *A coleção Ovimbundu do Museu Nacional, Angola 1929-1935*. *Mana (on-line)*, v. 22, p. 493-518, 2016.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

VELOSO Jr., Crenivaldo Regis. *O “artesanato da produção acadêmica”: Histórias, coleções e saberes na trajetória de Heloisa Fénelon*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), 2021.

WOLF, E. *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*. Berkeley: University of California Press, 2001.